



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
AÇÃO CLIMÁTICA

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício 359

SUA COMUNICAÇÃO DE
14-02-2020

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 946/XIV/1.ª, de 13 de fevereiro de 2020, PSD
Processo Legislativo Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos e o Atlas da
Qualidade do solo**

Em resposta à Pergunta n.º 964/XIV/1.ª, de 13 de fevereiro de 2020, apresentada pelas Senhoras Deputadas Ofélia Ramos e Filipa Roseta e pelos Senhores Deputados Luís Leite Ramos, Bruno Coimbra, Hugo Martins de Carvalho, Paulo Leitão, Hugo Patrício Oliveira, António Lima Costa, António Topa, Emídio Guerreiro, João Gomes Marques, João Moura, José Silvano, Nuno Miguel Carvalho, Pedro Pinto e Rui Cristina do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

O projeto legislativo relativo à prevenção da contaminação e remediação dos solos foi desenvolvido e objeto de consulta pública.

Trata-se de uma matéria complexa que exige o envolvimento de diversos setores de forma a assegurar a sua eficácia. Face à necessidade de ponderar os numerosos contributos das várias áreas e setores, e de modo a e alinhar uma atuação conjunta, o projeto de diploma está em processo de revisão. Quanto às formas de intervenção e financiamento neste domínio, é igualmente uma matéria que está a ser analisada em sede da revisão do projeto.

Não obstante, está já em curso o desenvolvimento do Atlas da Qualidade do Solo, sendo este um instrumento fundamental que visa reunir a informação disponível relativa aos locais contaminados e potencialmente contaminados, pretendendo-se ainda que facilite, de forma dinâmica, a sistematização, a análise integrada e a disponibilização da informação relativa a estes locais, contribuindo para a prevenção da contaminação e da remediação dos solos, e, desta forma, para a salvaguarda da saúde humana e do ambiente.

Foram já desenvolvido o modelo de dados geográfico e o modelo de análise espacial que permitiram criar e simular cenários preditivos, seguindo critérios definidos para análise de proximidade e sobreposição dos locais registados relativamente aos temas de caracterização da envolvente (parâmetros de ocupação humana e ambientais), de modo a avaliar o respetivo nível de risco. Este modelo espacial facilitará a identificação e segmentação dos locais pelo seu nível de risco (de I a IV), de forma a poderem ser definidas prioridades de avaliação, orientadoras da avaliação de referência subsequente.

Foi ainda desenvolvido um geovisualizador em fase piloto, que vai disponibilizar toda a informação relevante em diferentes temas, contemplando um conjunto de funcionalidades que facilitam a visualização e a exploração da informação georreferenciada e que suporta a pesquisa da informação. Encontra-se igualmente em desenvolvimento o dashboard que vai disponibilizar indicadores com informação agregada, referente aos locais contaminados e potencialmente contaminados, a atividades contaminantes do solo, a tecnologias de remediação mais utilizadas, entre outros, que permitirão acompanhar a evolução da gestão dos locais contaminados a nível nacional.

Relativamente ao local escolhido para a realização das Jornadas Mundiais da Juventude, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), após ter tomado conhecimento do mesmo, e consciente de que as atividades anteriormente exercidas na área poderiam prever a existência de solos contaminados no local, procedeu a duas ações de fiscalização tendo por objeto:

- O Parque Tejo, na margem norte do Rio Tejo, junto ao Antigo Bairro da Petrogal - Sacavém;
- O Parque Tejo, na margem norte do Rio Tejo, junto ao Mar da Palha - Beirolas.

Das referidas ações de fiscalização, realizadas em 29 de janeiro de 2020, verificou-se que não estavam a ser desenvolvidos quaisquer trabalhos de movimentação ou remoção de solos. No que respeita à área onde anteriormente existia o aterro de Beirolas, verificou-se que o terreno é ladeado pela Estação de Tratamento de Águas Residuais de Beirolas e por uma área utilizada para manifestações artísticas e comerciais, sendo que a área está vedada. Relativamente aos terrenos do antigo Parque de Combustíveis de Sacavém, cuja localização é contígua à área prevista para a realização das Jornadas Mundiais da Juventude 2022, verificou-se que não estavam a ser realizados quaisquer trabalhos de movimentação de terras, notando-se apenas a existência de alguns resíduos de construção e demolição abandonados no local.

Tendo bem presente a necessidade de assegurar a segurança dos jovens que participarão nas Jornadas Mundiais da Juventude a realizar ano de 2022, a CCDR LVT alertou as entidades interessadas, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Loures, o Patriarcado de Lisboa e a GALP Energia, S.A., relativamente aos riscos existentes e aos procedimentos necessários.

Relativamente à fábrica de Santo Varão - Hexion Specialty Chemicals, Lda. - foi exercida na instalação a atividade industrial de fabrico de produtos derivados de colofónia a partir de resina de pinheiro, classificada com a CAE 24141 - Fabricação de resinosos e seus derivados, tendo sido obtida a competente licença ambiental.

Na sequência da desativação da atividade exercida na instalação, cujo funcionamento cessou em julho de 2008, e de modo a dar cumprimento ao previsto na licença, foi apresentado um plano de desativação à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), para apreciação.

De acordo com os elementos do processo, decorreram várias atividades de desmantelamento de equipamentos e das principais infraestruturas no processo de desativação da instalação, assim como a análise dos solos e das águas subterrâneas.

A referida investigação detetou contaminação em alguns locais, e, por isso, foi elaborado um Plano de Ações de Remediação (PAR) atualizado em novembro de 2017, que foi apresentado e submetido à consideração da APA, a qual, após consulta às entidades competentes, emitiu parecer em agosto de 2018 com um conjunto de recomendações. Em cumprimento das recomendações estabelecidas, foi entregue o Plano de Ação de Remediação Final, em 16 de novembro de 2018, o qual reuniu condições para ser executado.

O objetivo global deste PAR foi avaliar as opções mais adequadas para controlar a exposição e/ou remediar a contaminação identificada, por forma a gerir os riscos para a saúde humana e para o ambiente, em conformidade com os critérios estabelecidos pela APA.

Tendo em consideração que a descontaminação de solos é uma atividade que carece de licenciamento ao abrigo do Regime Geral de Gestão de Resíduos, em regime simplificado, foi submetido o respetivo processo de licenciamento no módulo LUA da plataforma Siliamb.

Após pedido de elementos, e respetiva resposta, foi cumprido o procedimento indicado pela APA e realizada a consulta às várias entidades competentes, após o que o Título Único Ambiental foi emitido a 11 de dezembro de 2019, com validade até 10 de dezembro de 2020.

Já foi solicitada pelo requerente a vistoria de controlo prevista no Regime Geral de Gestão de Resíduos, estando, neste momento, a ser verificados os elementos apresentados, após o que será realizada a competente vistoria.

Relativamente à refinaria de Leça da Palmeira, há apenas a referir que, aquando da sua desativação, terá de ser elaborado e submetido à aprovação da APA um plano de desativação da instalação ou de partes desta, com o objetivo de adotar as medidas necessárias a evitar qualquer risco de poluição e a repor o



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
AÇÃO CLIMÁTICA

local da exploração em condições ambientalmente satisfatórias e compatíveis com o futuro uso previsto para o local desativado.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

LM/JP